O ensino da gramática como metalinguagem ou por que só ensinam gramática normativa os professores de português?

The education of the oupor grammar as metalanguage that only teaches to normative grammar the Portuguese professors?

¿La educación de la gramática del oupor como metalenguaje que enseña solamente a la gramática normativa a los profesores del portugues?

O presente artigo é um levantamento das possíveis razões pelas quais os professores de português priorizam em suas aulas o ensino da gramática normativa e uma tentativa de se compreender o porquê de pautarem o ensino em uma metodologia baseada na exposição de regras e nomenclaturas que prescrevem o que se deve e o que não se deve fazer no uso da língua portuguesa em sua modalidade padrão, exemplar ou culta.

The present article is a survey of the possible reasons for which the Portuguese professors prioritize in its lessons the education of the grammar normative and an attempt of if understanding the reason to pautarem education in a methodology based on the exposition of rules and nomenclatures that they prescribe what if it must and what not if it must make in the use of the Portuguese language in its modality standard, unit or cultured.

El actual artículo es un examen de las razones posibles por de las cuales los profesores portugueses dan prioridad en sus lecciones a la educación de la gramática normativa y a una tentativa si entienden la razón a la educación del pautarem en una metodología basada en la exposición de reglas y de nomenclaturas que prescriben lo que si debe y lo que no si debe hacer en el uso de la lengua portuguesa en su estándar de la modalidad, unidad o cultivada

Palavras-chave: gramática normativa e descritiva, ensino de língua portuguesa, lingüística aplicada.

Autor

José Arnaldo Guimarães Filho

Professor de Língua Portuguesa da Universidade Estácio de Sá.

Introdução

O que é ensinar português?

Todos os que estão envolvidos nesse negócio já se perguntaram um dia: o que deve ensinar em sala de aula um professor de português? A maioria de nós não teria dúvida em responder: gramática. E da norma considerada padrão. Eu também respondi isso, lá atrás, quando essa pergunta me assomou pela primeira vez. O que se deve ensinar em sala, numa aula de português, não é outra coisa a não ser gramática.

E por que essa obsessão pelo ensino da gramática? Por que não titubeamos, os professores de português, na escolha desse caminho em detrimento de outros quando nos propomos a ensinar a língua materna? Será que acreditamos mesmo que ensinar português é só ensinar gramática ou fazemos isso – ensinar gramática – por outros motivos?

Como diz Leonardo Vivaldo da Silva, “criou-se uma lenda em torno do ensino da gramática normativa nas escolas, uma espécie de estrutura ideológica de poder e de controle sobre as demais classes sociais. Criando-se assim um pensamento errôneo, entre todos, de que os falantes de uma língua precisam da gramática normativa para se comunicar, como se ela fosse uma espécie de mina d’água da qual brota a língua natural. O uso da gramática normativa no ensino da Língua Portuguesa nas escolas, em geral, vem gerando acirradas polêmicas, entre os professores, ao longo dos últimos anos.”

Outra professora, Maria de Lourdes Portela¹, que leciona há mais de vinte anos em escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro, acha que a gramática é o conteúdo preferido dos que lecionam portu-

guês porque é o único que efetivamente dominam. “Nós, diz ela, damos aulas de gramática porque os nossos modelos, os nossos professores de português no ginásio ou no científico ensinavam, também, gramática. Além disso, continua, dá status porque é algo que nem todos conseguem compreender” De fato, não foram poucas as vezes em que ouvi de alguém: “como é difícil português! Não sei como você consegue entender essas regras cheias de exceções...”

Nilcéa Tinoco², professora aposentada do Estado e do Município, ainda em atividade em escolas particulares, argumenta que são os alunos que esperam, das aulas de português, os conteúdos gramaticais. “Se não fizermos isso, fica parecendo que não sabemos a matéria. Ou que não queremos ensinar de verdade.”

Pensei cá com meus botões durante anos. Perguntei a colegas professores de português, olhei por aí, nas diversas escolas em que trabalhei nos últimos vinte e tantos anos. Observei sorrateiramente os quadros de giz e os cadernos dos alunos e cheguei a algumas conclusões a respeito disso. Descobri, em primeiro lugar, que ensinamos gramática em nossas aulas porque é mais fácil e menos trabalhoso do que uma outra atividade mais elaborada, com maior participação do aluno, por exemplo. Em segundo lugar, ensinamos gramática porque preenche mais o tempo de uma aula e sobre ele temos mais controle. Numa aula de produção textual, como nós todos sabemos, há sempre alunos que escrevem muito mais rápido do que outros; há os que simplesmente se negam a fazer e os que verdadeiramente se entregam à tarefa e levam horas para construir um parágrafo. A gerência do tempo em atividades de produção textual é sempre mais complicada. A terceira razão para tal escolha é que o ensino de gramática nas aulas de português é o que esperam de nós os alunos, os pais dos alunos, os diretores ou donos de escola e, até, os outros professores, das demais disciplinas. E por último: nossas aulas de língua

¹ Entrevistas realizadas, durante seminário realizado em 2007, no Auditório Love, do Colégio Batista Shepard, localizado na Tijuca, sobre o Ensino de Língua Portuguesa organizado pelo autor, que contou com a presença de professores de português de escolas públicas e privadas do Rio de Janeiro.

portuguesa resumem-se ao ensino de gramática porque isso nos mantém senhores da situação ensino-aprendizagem. O poder sobre o conhecimento em sala de aula continua sob nossas rédeas e, conseqüentemente, sobre a aprovação ou reprovação dos alunos o que é, como sabemos, um importante instrumento disciplinar na relação aluno-professor quando isso não se dá por outros meios. Nas aulas de gramática, guiamos nossos discípulos pelo mesmo caminho, todos juntos, como se fossem bois no pasto, indiferentes aos estágios de cada um na aquisição ou construção do conhecimento. Por essas razões, que serão mais detalhadas abaixo, é que professores de português preferem o ensino de gramática a outro modelo menos ortodoxo.

O que é gramática normativa?

Já que gostamos tanto de ensinar gramática e é esse o conteúdo preferido de dez entre dez professores de português, é necessário, antes de tudo, definir o que é isso a que nos dedicamos com tanto zelo e atenção em nossas aulas de "língua portuguesa". Uns diriam que é "o nome de uma disciplina que procura estabelecer o 'certo' e o 'errado' na língua" (Perini, 2006, p. 23). Ou como define Aurélio (1975, p. 697), é "o estudo ou tratado dos fatos da linguagem, falada e escrita, e das leis naturais que a regulam".

Perini (*Ibid.*, p. 23-4) também apresenta mais duas definições: "chama-se gramática um sistema de regras, unidades e estruturas que o falante de uma língua tem programado em sua memória e que lhe permite usar sua língua" e "chama-se também gramática a descrição, feita por um lingüista, do sistema da língua".

Para Bechara, (2005, p.52) "cabe à gramática normativa, que não é uma disciplina com finalidade científica e sim pedagógica, elencar os fatos recomendados como modelares da exemplaridade idiomática para serem utilizados em circunstâncias especiais do convívio social."

Esquecemos todos os que insistimos num ensino de língua portuguesa que se resume à mera exposição de fatos da língua, de sua nomenclatura e das regras do "bom uso" dessa ou daquela estrutura o que nos ensinara Monteiro Lobato, pela boca de Dona Benta: "A gramática, minha filha, é uma criada da língua e não uma dona. O dono da língua somos nós, o povo; e a gramática - o que tem a fazer é, humildemente, ir registrando o nosso modo de falar. Quem manda é o uso geral e não a gramática..."

O "indomável prurido de transmitir novidades científicas (...) às crianças em sala de aula" como bem comentou o grande Said Ali, in "Investigações filológicas", (301-2006), é outra das crueldades cometidas pelos mestres adeptos do ensino exclusivamente gramatical e normativo nas aulas de português. O massacre de regras e nomes aliado à explicação fria de "áridas doutrinas" que "empanturram os espíritos em vias de formação com toda sorte de conhecimentos elevados para que elas as pobres criaturinhas as assimilarem com a mesma facilidade com que eles, os mestres, as adquiriram."

Já são muitos, como nos diz Evanildo Bechara em seu artigo "Os escritores e a gramática" (Na ponta da língua, página 83-2002), os que defendem a tese de que é inútil o ensino de gramática na tarefa de desenvolver as condições e os saberes indispensáveis à sua adequada e competente expressão oral e escrita. Vale a pena citar, aqui, uma passagem interessante descrita pelo eminente filólogo no artigo supracitado. Valentim Magalhães, então diretor da Instrução Pública no Rio de Janeiro, estando em busca de um professor de língua portuguesa que não soubesse gramática, comentou o fato com Machado de Assis, que lhe respondeu:

"- Se é alguém que não conheça gramática, eu sirvo para o cargo."

A tendência a duvidar da eficácia do ensino da gramática, que aumenta entre os estudiosos da matéria, e a consequente adoção e a recomendação de outras vias para o aprendizado da língua, mais me assombra pelo fato de que, a despeito dessa onda acadêmica, continuamos a ensinar gramática em sala de aula como há trinta ou quarenta anos faziam nossos professores de língua portuguesa.

A gramática que ensinamos em sala de aula é a gramática normativa que é, como se sabe, descritiva na medida em que demonstra por exemplos o uso mais prestigioso da língua, o chamado padrão lingüístico, ou exemplar. A gramática normativa não é uma ciência porque tem finalidade prática que é, supostamente, indicar aos interessados a maneira pela qual um falante deve se conduzir no manejo dessa tecnologia sofisticada que é uma língua, em qualquer estágio. Os usos a que uma gramática se refere e as normas que dita são recolhidos entre aquilo que se convencionou de alta literatura, aprovada pelas tais elites culturais do país. Chama-se, portanto, gramática normativa a gramática que busca ditar, ou prescrever, as regras gramaticais de uma língua, posicionando as suas prescrições como a única forma correta de realização da língua, categorizando as outras formas possíveis como erradas. Frequentemente as gramáticas normativas se baseiam nos dialetos de prestígio de uma comunidade linguística.

Coseriu assim definiu Gramática:

Antes de ser um livro de etiquetas sociais ou um manual descritivo, a gramática é de início, esse saber lingüístico que todo falante possui, em um elevado grau de domínio e perfeição. Em segundo plano, a explicitação formal do caráter abstrato e geral desse saber.

Uchoa, em seu livro "O ensino na gramática: caminhos e descaminhos", à página 32, nos diz que

A gramática por si só (...) não é suficiente para a aprendizagem da língua, porque o saber falar uma língua não é só ter competência gramatical (domínio de regras) correspondente a essa língua.

Adiante, Uchoa adverte:

(...) pode-se dizer que o ensino gramatical - confinado ao ensino do saber metalingüístico - definições, classificações dos elementos constitutivos da língua, descrições ou prescrições - tem-se mostrado comprovadamente improdutivo, por pouco contribuir para a maior eficiência da prática da leitura e da produção textual, e enfadonho pela sua previsibilidade, com tópicos gramaticais reiterados ao longo de todo o processo escolar.

Logo, pode-se perceber que para alguns dos mais conceituados lingüistas o ensino da língua não se deve pautar no ensino da gramática. Porque "aprender uma língua não é apenas aprender suas regras, certamente a sua propriedade mais surpreendente, ou seja o fato de as palavras e as sequências de palavras usadas pelos falantes da língua com objetivos de comunicação ou outros estarem sujeitos a regras de boa formação que os falantes dessa língua conhecem de certa maneira (Aissen e Hankamer, 1984)".

Vejamos por que, então, insistimos em ensinar gramática - regras, modelos, nomes, classes e funções - em nossas aulas de português.

1. É mais fácil ensinar gramática

Ensinamos gramática em nossas aulas, em primeiro lugar, porque é muito mais fácil do que qualquer outra coisa que pensássemos fazer. Todos nós, professores de português, sabe-

mos gramática: as regras, as exceções, as conjugações, os verbos regulares e irregulares, os femininos mais esdrúxulos e desenhados, o gênero e o coletivo de animais que nunca vimos nem veremos nesta vida. Somos capazes de improvisar uma aula de sintaxe ou de acentuação gráfica em segundos. Podemos encher um quadro com teoria e exercícios sem muito esforço. Uma aula de gramática normativa, para qualquer professor de português com um mínimo de experiência, não requer preparação, estudos prévios, nada. Não exige a seleção de textos, a escolha e a organização das tarefas a serem realizadas em sala, a definição dos objetivos, a estratégia de condução das atividades, a avaliação, etc. Basta chegar à sala, tomar conhecimento do conteúdo a ser ministrado, encher o quadro com a teoria, que todos sabemos de cor e, depois de alguns minutos reservados à cópia pelos alunos, explicar a lição. Feito isso, parte-se para os exercícios, também criados na hora, sem a menor dificuldade, ou retirados da memória no caso dos mais experientes. Até as piadas vêm prontas, conforme as frases que sejam usadas.

Basta compararmos uma aula de gramática como a descrita acima com uma aula de redação, por exemplo. Não se pode exigir que um aluno produza um texto sem antes lhe fornecer informações mínimas sobre o tema que ele deverá desenvolver ou sobre o assunto a respeito do qual ele terá de opinar. Para isso, é preciso que o professor selecione previamente dados acerca do contexto em que se insere o tema da redação. Os dados podem ser levados ao aluno em forma de reportagens de jornais e revistas, pesquisas, mapas, filmes, depoimentos. É importante que o aluno seja apresentado, ainda, a opiniões diferentes de pessoas que já pensaram antes dele no assunto. Tudo isso, como se tentou demonstrar, exige muito mais esforço do professor do que a simples exposição oral e escrita de um conteúdo gramatical. Para não falar, no caso da aula de redação, que ele, o professor, ainda terá de levar para casa, ao final da aula, centenas de redações para corrigir.

Eis as palavras de Uchoa (idem, 45):

O certo é então que o magistério de língua portuguesa não poderá abrir mão das gramáticas de intenção pedagógica atuais, mesmo com uma doutrina gramatical que deixa a desejar em consistência.

2. A Gramática preenche mais o tempo

A gramática é o nosso assunto preferido, também, porque preenche mais o tempo ou porque nos permite dominá-lo com mais facilidade e segurança. Afinal, basta ver o que exemplifiquei nos parágrafos anteriores para nos certificarmos de que essa operação – escrever no quadro a teoria, esperar a cópia dos alunos, explicar a lição, colocar exercícios no quadro, ou selecioná-los do livro didático, e corrigi-los – é algo que pode perfeitamente manter uma turma ocupada por pelo menos um tempo de aula sem grandes sacrifícios por parte do professor.

A gerência do tempo numa aula expositiva é sempre mais simples. De tanto repetirmos as mesmas aulas, sabemos exatamente quanto cada uma delas pode render, quantos minutos exige a exposição escrita, no quadro, do conteúdo, a cópia pelos alunos, a explanação posterior, etc. Outras propostas, por serem novidades, podem nos trazer surpresas constrangedoras no que se refere ao tempo. Uma aula acabar antes ou depois do previsto é sempre embaraçoso para o professor. Obviamente todos já passamos pela situação desagradável de ouvirmos o sinal tocar com a atividade proposta para a aula ainda no meio. Mas nada é pior do que os alunos perceberem que o professor não tem mais nada a fazer com aquela turma meia hora antes de o sinal bater...

Queremos, sim, nós, os professores de português, ensinar a língua em todas as suas nuances a fim de transformar nossos

alunos em falantes competentes do idioma pátrio. Todos desejam que suas aulas sejam as mais criativas e eficazes porque não há nada que faça um professor mais feliz do que reconhecer também nos seus alunos aquilo que antes da aula existia só no próprio professor. A transmissão do conhecimento ou sua facilitação ou construção pelos alunos é o que nos faz felizes.

Pensemos sobre o que nos diz Perini (1985, 6):

(...) sente-se agudamente a falta de alternativas variáveis: se a gramática tradicional é inadequada, o que colocar em seu lugar? O linguista, ao criticar a gramática tradicional, freqüentemente se choca com a objeção irresponsável: é indispensável continuar trabalhando (e ensinando) uma gramática cujas deficiências são evidentes, pois não existe outra que se possa utilizar.

3. Ensinar gramática é o que se espera de um professor de português

Outro fator que nos empurra ao ensino da gramática prioritariamente em nossas aulas é que é isso que se espera de um professor de português. Pais, alunos, diretores e coordenadores e colegas de outras disciplinas têm em conta que ao professor de português cabe ensinar as regras de acentuação, o emprego da crase, as conjugações verbais, a identificação dos termos da oração, a classificação morfológica dos vocábulos, etc.

Alguns professores de português são considerados ótimos porque em suas aulas só ensinam gramática. Suas provas, difíceis, são temidas pelos alunos. Em suas aulas reina o silêncio e sua fama é de disciplinador. Seus alunos mais o temem do que respeitam. Por conseguinte, os bons alunos em português são os que decoram regras e exceções e localizam ou reconhecem com desembaraço termos e suas respectivas funções.

Outros professores, por outro lado, são mal vistos porque insistem em atividades que fogem a esse padrão porque objetivam o ensino na formação de leitores e produtores textuais competentes na língua materna, e, por isso, não privilegiam a norma. As atividades que propõem, como a leitura de jornais e revistas, a exibição de filmes seguida de debates, a montagem de seminários, a criação de um jornal mural, a organização de saraus de música e poesia, são encaradas como enrolação. Suas aulas, vistas de fora, são uma tremenda bagunça e ele é tido como um professor que não tem domínio de turma. Há mesmo os que entendem que isso não é dar aula.

Até os colegas de outras disciplinas têm a expectativa de que, nas aulas de português, ensinemos gramática. Muitas vezes, minhas provas de português baseadas na gramática normativa eram feitas por outros professores que ainda tinham o desprazer de me pedirem para corrigir e, quando acertavam pouco, diziam: eu nunca fui bom/boa mesmo em português. Já passei pelo dissabor de, numa reunião de pais, ouvir de uma senhora o seguinte: quando é que o senhor vai começar a matéria?, porque até então eu estava só, segundo ela, enrolando, ao levar jornais para a sala de aula e lê-los com os alunos, esclarecendo-os quando demonstravam mais dificuldade de compreensão, por falta de conhecimento prévio dos assuntos abordados nas matérias. Tentava mostrar-lhes que o jornal é a prova de que o estudo escolar é precioso porque se refere ao mundo em que vivemos. Estudar história certamente faria com entendessem melhor os conflitos que a todo momento eclodem em alguma parte do globo. A geografia, a química e a física nos explicariam os avanços da medicina, a globalização, a importância da conquista do espaço e as mudanças climáticas por que passa o planeta e a matemática seria a linguagem mais útil para compreendermos a roda da economia que é, de verdade, o que move o mundo.

Mas isso não é que se espera de um professor de português, como já exaustivamente demonstrei acima.

4. Ensinar gramática é manter o domínio sobre o conhecimento

Por último, penso que ensinamos gramática em nossas aulas por que, com isso, mantemos sob nosso domínio o saber idiomático, liberando-o conforme nossas necessidades e desejos. Não é o aluno que constrói o conhecimento sob a mediação do professor, como gostariam os mais conscientes educadores. É o professor que vai liberando, na dosagem que achar mais conveniente, o conteúdo da sua disciplina. Com maior ou menor dificuldade. Com mais ou menos empenho, rapidez ou profundidade. Desse jeito, a aula se mantém no eixo professor-alunos e as rédeas do conhecimento e o poder sobre provas e, conseqüentemente, sobre aprovação ou reprovação. Isso para não falar da disciplina, como vimos há pouco. Ensinamos gramática, também, porque isso assusta os alunos e, como instrumento de coerção, mantém os discentes quietos durante as aulas. Se o que se dá em sala é gramática, o que se cobrará nas provas é gramática. O grau de dificuldade das avaliações dependerá exclusivamente do professor ao concebê-las, e não ao que se construiu continuamente e em parceria durante as aulas.

É só pensarmos: se ao longo de um bimestre, implementamos como atividade a leitura diária de jornais e a discussão posterior sobre as reportagens lidas e sobre a linguagem jornalística, a divisão do jornal por assunto é óbvio que o que vamos avaliar ao final desse ciclo é se o aluno construiu essa competência: se ele já é capaz de ler jornais com desembaraço, se já sabe localizar em um jornal as suas diversas seções, de que trata cada uma delas, qual a função do título e do subtítulo, etc. Junto com isso, é claro que o conhecimento do mundo estará ampliado após dois meses de trabalho com jornais. Obviamente, mais bem informado sobre o mundo no qual vive, ele estará mais capaz de se posicionar sobre diversos assuntos discutidos em sala e até, quem sabe, a escrever sobre um deles. Ou ilustrá-lo de acordo com a sua criatividade. Ou a fazer uma charge sobre isso, etc. O que não se pode, de maneira nenhuma, é usar um texto jornalístico para retirar dele fatos da língua a serem reconhecidos ou analisados.

Considerações finais

Tendo em vista o que foi visto acima, levantamos as seguintes hipóteses para o ensino de português baseado na mera exposição das normas e da nomenclatura da língua: é mais fácil, preenche mais o tempo, é o que se espera de um professor de português e mantém sob controle o conhecimento sobre a língua. O ensino de português baseado na exposição de recomendações, prescrições ou proibições – típicos da gramática normativa, é reducionista e não concorre para a finalidade que a disciplina tem que é formar bons falantes do português, capazes de falar, ler, compreender o que ouve e escrever com desembaraço em qualquer situação comunicativa porque a simples memorização de regras de uso da língua e de nomes dos fatos linguísticos não forma leitores e redatores proficientes. Equivaleria, este ensino, a um manual que se propusesse a ensinar natação a distância. Ao fim da leitura, o estudioso saberia o nome dos movimentos e dos vários estilos de nado. Talvez, fosse mesmo capaz de reproduzir, no seco, os movimentos de braços e pernas e de controlar a respiração conforme ensina o manual, mas, ao ser jogado numa piscina, morreria afogado. Assim como nossos alunos que se afogam diante de uma página

em branco ou ficam à deriva no mar de informação que têm à disposição por não serem capazes de ler e compreender em profundidade o que lêem, ainda que reconheçam sem muito esforço um objeto direto preposicionado ou saibam dizer por que uma palavra é acentuada.

Referências Bibliográficas

- ALI, Manuel Said. *Investigações filológicas*; com estudo e organização de Evanildo Bechara, -3.ed. ver. E ampl. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna gramática portuguesa*. 37. ed. Ver. E ampl. 15ª reimpr. – Rio de Janeiro: Lucerna, 2005.
- BECHARA, Evanildo. *Os escritores e a gramática*. P.83, in: *Na ponta da língua*. Revista do Liceu Literário Português – Instituto de Língua Portuguesa, p.83, Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1986.
- LOBATO, Monteiro. *Memórias da Emília*. Klick Educação, vol, 2004.
- PERINI, Mário A. *Para uma nova gramática do português*. São Paulo: Ática, 1985.
- Silva, Leonardo Vivaldo da. *O ensino da gramática normativa no ensino da língua materna*. in Revista P@rtes – Virtual – Ano V, 24/04/2006
- UCHOA, Carlos Eduardo Falcão. *O ensino da gramática: caminhos e descaminhos*. Rio de Janeiro: Lucerna, 2007.